

MOÇÃO

Memorando entre ANMP e Governo

O Poder Local Democrático, conquista do 25 de Abril de 1974, é uma das manifestações populares e políticas mais genuínas da vida democrática. Um Poder que contribuiu para o desenvolvimento do País, que foi determinante para a diminuição das assimetrias regionais, que foi decisivo para a melhoria da qualidade de vida das populações e para dar voz a todos os cidadãos.

Ao longo da última década, e com especial ênfase nos últimos cinco anos, têm sido inúmeras as medidas tomadas que, de forma lamentável, estão a dificultar a gestão das autarquias locais, o desenvolvimento e o investimento. Projetos que ficam adiados, ações que são inviabilizadas, e serviços essenciais cuja prestação começa a ser atravancada, com consequência direta na vida das nossas populações.

Na sequência das restrições e cortes impostos pelo memorando assinado com a Troika, agora agravado com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e a retenção de cinco por cento do Imposto Municipal sobre Imóveis, seria expectável que os municípios se unissem e repudiassem as intenções do Governo.

No entanto, o memorando de acordo assinado entre a ANMP e o Governo vem limitar a autonomia dos municípios e abrir a porta ao setor privado.

A criação de uma linha de crédito até mil milhões de euros para o pagamento das dívidas dos municípios, quando é o próprio Estado que está em dívida com milhões de euros, que obriga os municípios a aumentarem todas as tarifas e taxas para o máximo, numa clara prossecução da política do utilizador/pagador, agrava ainda mais a carga fiscal sobre as famílias. Um financiamento que fica dependente dos municípios prescindirem dos 5% da receita do IMI que será usada pelo Estado para a consolidação orçamental sob a capa da avaliação geral dos prédios urbanos, e que obriga ainda os municípios a desistir de todos os processos judiciais que tenham intentado contra o Estado, é uma grave violação da autonomia do Poder Local.

São as Autarquias Locais, Câmaras e Assembleias Municipais, Juntas e Assembleias de Freguesias, em conjunto com as populações, que devem lutar para que o Poder Local Democrático continue o seu trabalho de proximidade e progresso, ao lado das populações.

A Câmara Municipal da Moita reunida em sessão ordinária, nos Paços do Concelho da Moita, a 20 de junho de 2012, delibera:

Manifestar junto da ANMP o seu repúdio pelo memorando, considerando que não estão a ser salvaguardados os interesses dos Municípios e dos seus munícipes, antes estão a hipotecar o futuro de centenas de Municípios e das suas populações.

Moita, 20 de junho de 2012